

Exemplo argentino não serve

MARCOS AGÉ

Os economistas que se habituaram a buscar na Argentina a inspiração para suas teses sobre o futuro da economia nacional, estão sendo obrigados a conferir sua rota, para evitar que se percam. O País parece estar muito mais próximo de conhecer o **efeito Campari**, como apelidaram a recuperação econômica na Itália, do que do **efeito Orloff**, aquele que sugere vivermos amanhã o que o vizinho do Sul enfrenta hoje.

Como na Itália, a recuperação econômica brasileira vem sendo conseguida na medida em que a sociedade ignora cada vez mais o Estado, falido em sua contabilidade e com dívidas acumuladas nos âmbitos interno e externo. A dívida interna, administrada captando empréstimos no mercado financeiro, supera 60 bilhões de dólares. A externa, está em torno dos 112 bilhões de dólares. A dívida social, representada pela falta de escolas, moradia, segurança, estradas e serviços públicos eficientes, é simplesmente incalculável.

Enquanto isso, a indústria cresce ao nível de 1986, época do Plano Cruzado, o nível de emprego alcança índices recordes, as vendas do comércio se mantêm aquecidas e o País caminha, mesmo tendo de carregar o indolente e oneroso Estado. Se o que o presidente Sarney pretendia dizer, quando incorpora a condição de responsável pela transição, se referia à mudança do conceito da sociedade em relação ao seu futuro, alcançou seu desiderato. O País parece que optou por migrar da fantasia à realidade, antes mesmo de escolher o próximo Presidente da República.

Onde investem os novos

SETOR	NÚMERO DE EMPRESAS	PARTICIPAÇÃO (%)
Agropecuária	1.106	0,4
Extração vegetal	82	0,0
Pesca e Agricultura	52	0,0
Indústria extrativa	624	0,2
Indústria de transformação	26.577	10,2
Construção civil	5.209	2,0
Comércio varejista	143.565	55,3
Comércio atacadista	9.266	3,5
Instituições financeiras	341	0,1
Transporte	4.276	1,6
Comunicações	737	0,2
Prestação de serviços	63.324	24,3
Ensino	1.228	0,4
Outras atividades	3.203	1,2
TOTAL	259.590	100,0

Período: janeiro a julho de 1989
Fonte: Juntas comerciais

Dados do Departamento Nacional de Registro do Comércio (DNRC, do Ministério do Desenvolvimento da Indústria e do Comércio), mostram que entre janeiro e agosto passado 264.947 empresas foram constituídas para atuar em diversos segmentos da economia. Esse número é superior em 15,2 por cento ao do mesmo período do ano passado e 8,8 por cento maior que o registrado durante o Plano Cruzado.

O comércio varejista foi o que absorveu o maior número das novas empresas, com 55,3 por cento do total, seguido pelo setor de prestação de serviços, que recebeu este ano um percentual 24,4 por cento maior que no mesmo período do ano passado. O setor industrial, por sua vez, contribuiu com a criação de 27.634 novas empresas, sendo 22 mil da área de transformação, 4,5 mil da cons-

trução civil e 550 no segmento extrativista. É o comércio varejista, entretanto, que reúne os ganhos mais significativos.

Apesar da ameaça de retirada dos incentivos pelo Governo — mesmo contrariando a Constituição, que em seu artigo 179 defende os privilégios para este segmento — o maior crescimento por tipo jurídico é o das microempresas, que respondem por 69,4 por cento do total de novos empreendimentos surgidos no semestre. Desde o Estatuto da Microempresa, em 1985, 2,3 milhões de empresas já foram criadas nesta categoria.

Entre janeiro e agosto passado, ainda segundo estudos do DNRC, foram constituídas 130 mil novas firmas individuais e 110 mil sociedades limitadas, além de 610 sociedades anônimas, 184 cooperativas e 99

empresas em outros tipos de sociedade jurídica.

INSOLVÊNCIAS

Enquanto o Governo é inadimplente em relação aos credores internos e externos, fornecedores e prestadores de serviços, no setor privado as ações judiciais contra a falta de pagamento caíram, entre janeiro e agosto, 41,4 por cento no estado de São Paulo, que responde por mais da metade da economia nacional. A redução do número de títulos protestados no estado, segundo o Instituto de economia Gastão Vidal, entre este período e seu correspondente em 1988, é de 56,5 por cento.

Os dados do Instituto também revelam que tem caído o número de consultas do comércio ao Serviço de Proteção ao Crédito, enquanto as vendas crescem. Isto indica que os consumidores têm comprado cada vez menos a crédito, embora não deixem de comprar os produtos que lhe interessam. As consultas aos SPCs mantidos pelas Associações Comerciais caíram, em média de 5,6 por cento entre janeiro e agosto.

Mais impressionante que o crescimento no comércio é o fato de que há uma visível tendência a novos ganhos, segundo estimativas do diretor do DNRC, Marcelo Monteiro Soares. "Não se sabe até quando", ressalva ele. "Não é possível estimar as implicações que pode ter nesse processo a forma como serão tratadas questões como o pagamento da dívida externa neste fim de Governo". O certo, porém, é que nem o Governo, muito menos o FMI, com o qual o País tenta costurar um acordo para conseguir um aporte de 3 bilhões de dólares até outubro, entendem este fenômeno.